
Polônia vai reformular ensino

por Claudia Izique
de São Paulo

A Polônia deverá aprovar, em três meses, uma nova lei de educação, reformulando a estrutura comunista de ensino. O projeto de lei mantém a escola estatal como núcleo fundamental do ensino, mas cria também as escolas comunitárias e regulamenta as escolas privadas, que, a dois anos, começam a funcionar nas pequenas comunidades. "Não podemos mudar a escola pública sem a concorrência da escola privada", disse a este jornal a ministra da Educação da Polônia, Katarzyna Skorynska. Ela está em São Paulo, onde participa do I Congresso Mundial de Educação, promovido pelo Conselho Mundial de Escolas Privadas

(Comep), que se encerra hoje.

Pela nova Lei educacional, os pais terão liberdade de "escolher a escola de seus filhos", ela explica. O Estado repassaria recursos diretamente às famílias para o pagamento da escola, quando a escolha recair sobre uma entidade privada. "Algumas pessoas não aceitariam que os recursos passassem direto às escolas."

O sistema tributário polonês, diz a ministra, canaliza para o Estado toda a arrecadação, que, posteriormente, é repassada — "nunca em volume suficiente", ela ressalva — às escolas públicas. O ideal, considera a ministra, é que os setores econômicos pagassem taxas diretas à educação.

Neste momento, ela diz, a

Polônia prioriza o seu mercado livre e a sua reforma econômica. "É difícil fazer uma reforma educacional num país pobre e com uma economia pós-comunista", avalia a ministra. "O sucesso econômico é que não temos uma hiperinflação e podemos trocar nossa moeda pelo dólar. Na educação, queremos fazer valer as mesmas regras do mercado."

São poucos os recursos disponíveis para investimentos privados na educação neste país, que apenas inicia seus planos de reformas. As escolas privadas iniciam suas atividades funcionando como fundações, sem recursos federais, explica a ministra. Mas, ela ressalva, os interesses dos pais dos alunos deverão estimular futuros investimentos.
